

# Ultrapassar o óbvio

#2 SET 1989

**OS DEZ** candidatos à Presidência da República mais bem situados nas pesquisas de opinião foram ouvidos pelo GLOBO sobre suas propostas para a educação, indicador fundamental em qualquer política social. Foram dez, mas quase nos deixaram com uma única leitura dessa questão crucial: a do óbvio, do que todos estão cansados de saber.

**O PAÍS** está cansado de saber que é preciso aplicação maciça de esforços e de recursos no ensino básico, para que se torne realidade um direito reiteradamente afirmado em nossas Constituições. Cansado de saber que é preciso articular o ensino básico com o ingresso na força ativa de trabalho e com o projeto nacional de desenvolvimento: afinal, isso é da própria definição de sistema pedagógico. É evidente que é preciso valorizar o professor — uma vez que a escola é a agência da educação formal.

**ORA**, uma proposta educacional que não ultrapasse essas evidências, que não compõem sequer um equacionamento razoável do problema, resume-se em proposta do continuísmo. É de um continuísmo que se traduz em injustiça social gritante. Quem quiser falar em mudança tem de apresentar muito mais em matéria de educação.

**NÃO SE** tocou na contribuição, poderosa e constante, de nossa política para que a educação se conserve como vitrine constrangedora de nossas desigualdades sociais. Porque o problema da educação não se vincula ao problema da miséria apenas como seu efeito. Vincula-se, também e talvez mais, como

sua causa: é causa de miséria e de desigualdade social, num País com 17,4 milhões de analfabetos e carentes, em quantidade e qualidade, de ensino básico, aplicar no ensino superior cerca de 80 por cento dos recursos. Aplicar? Desviar é que deveria ser o verbo adequado na boca de candidatos com mais respeito pelos direitos sociais e com menos temor da grita de certas corporações.

**FUGIU-SE** ao que definia o ensino público já na época do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Almeida Júnior, entre outros: a universalidade de sua oferta, promovida pelo Estado. Ao invés, tomou-se o ensino público por ensino de que o Estado é o agente direto e centralizador, concepção típica dos sistemas pedagógicos organizados à base de dominação. E passando ao largo da atualidade brasileira, segundo estudo do Banco Mundial, de 1987: de cada 100 cruzados que o Ministério da Educação envia para os Estados do Nordeste, só 52 alcançam efetivamente seu fim — por obra, exatamente, da centralização.

**O ENSINO** público não se faz através de centralização e monopólios, invertendo-se o direito subjetivo em direito do Estado — cada vez mais agigantado. Ensino público se faz requisitando-se a capacidade ociosa de qualquer propriedade, pública ou particular; e até sem prédios especializados, quando ele é a real prioridade. Não faz sentido padronizá-lo, em prejuízo da capilaridade da ação do Estado. Menos ainda lançar uma paródia pobre do último Presi-

dente da República Velha ("Governar é construir estradas"): educar é construir escolas.

**VOLTOU-SE**, entre os candidatos, ao lugar comum da evasão escolar e da erradicação do analfabetismo. Lugar comum que faz da criança e do cidadão um bode expiatório, enquanto for um álibi de quem não quer atender ao mal fundamental: o desestímulo do professor de Primeiro e Segundo Graus e sua progressiva degradação.

**QUE** tipo de administração de recursos existe num País onde uma professora primária da rede pública no Nordeste percebe um salário bruto mensal de NCZ\$ 5? A que nível de qualificação se visa, se o estatuto social do professor primário o situa assim abaixo do nível de ganhos de um mendicante? São puras abstrações, ou falácias propositalmente, os enfoques dos candidatos do problema da educação em grande angular. Porque a educação por nada é também educação para nada. Porque o problema prioritário da educação brasileira não é a Universidade, não é a nula introdução à profissionalização ou à cidadania e não é sequer a pobre dieta dos alunos (só metaforicamente educação é produção de alimentos): o problema da educação é sobretudo o problema do estatuto social do professor do ensino básico.

**QUEREMOS** saber dos candidatos se e como ser professor voltará a ser carreira profissional; e, em consequência, atividade econômica reconhecida; meio de vida individual, de imediata irradiação social, ou atestado de óbito das esperanças de renovação e progresso.